

ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 31-5-2017.

---

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Cassio Trogildo, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Rafão Oliveira, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 083/17 (Processo nº 0819/17), de autoria de Iyá Vera Soares. Também, foi apregoado documento de autoria de Ricardo Gomes, comunicando seu retorno ao exercício da vereança no dia trinta e um de maio do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, Márcio Bins Ely, Rodrigo Maroni e Roberto Robaina. Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foi rejeitado Requerimento de autoria de Rodrigo Maroni, solicitando o adiamento, por três sessões, da discussão do Projeto de Lei do Executivo nº 002/17 (Processo nº 1305/17), por oito votos SIM e vinte e seis votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Rodrigo Maroni, Airto Ferronato e Adeli Sell, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Cláudio Janta, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Rafão Oliveira e Rodrigo Maroni e votado Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e dezesseis minutos às quinze horas e dezenove minutos. A seguir, foi apregoado Requerimento de autoria de Mônica Leal (Processo nº 1570/17), solicitando agregar pedido de efeito suspensivo ao recurso interposto contra decisão de Comissões Permanentes referente ao Projeto de Lei do Executivo nº 002/17. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e sete minutos às dezesseis horas e doze minutos. Após, Cláudio Janta formulou Requerimento verbal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e dezoito minutos às dezesseis horas e trinta e sete minutos. Após, foi

aprovado Ofício do Prefeito, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Executivo nº 002/17, por trinta e dois votos SIM, após ser encaminhado à votação por Rodrigo Maroni, Marcelo Sgarbossa, Idenir Cecchim, Dr. Thiago, Moisés Maluco do Bem, Prof. Alex Fraga, Fernanda Melchionna, Mônica Leal, Aírto Ferronato, João Carlos Nedel, Márcio Bins Ely, Cláudio Janta e Tarciso Flecha Negra, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Rafão Oliveira, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Às dezessete horas e cinquenta minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 024, 053, 110, 131 e 154/17 e o Projeto de Resolução nº 012/17; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 015 e 016/17 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 185/16, 099/17 e 233/16, este discutido por Reginaldo Pujol e Dr. Thiago. Ainda, Sofia Cavedon e Cláudio Janta pronunciaram-se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Rafão Oliveira e Dr. Thiago. Durante a Sessão, Cláudio Janta e Rodrigo Maroni manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Mateus Simões, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte – MG. Às dezoito horas e vinte e sete minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Apregoo Ofício do Ver. Ricardo Gomes (Lê.): “Comunico a Vossas Excelências que nesta data, em conformidade com preceitos legais e regimentais, estou reassumindo o mandato parlamentar na condição de Vereador integrante da Bancada do Partido Progressista.”

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Eu, em geral, começo o discurso e o debate na Câmara falando boa tarde a todos e todas, mas hoje não é uma boa tarde, hoje é uma péssima tarde para o Município de Porto Alegre diante de uma manobra autoritária que o Governo Marchezan quer impor à Câmara de Vereadores de votar um projeto que ataca os direitos da categoria. E a categoria está lotando a Câmara de Vereadores, lutando pelos seus direitos e reivindicando aos Vereadores que este projeto, por óbvio, não seja aprovado na tarde de hoje.

Nós, da oposição, temos a compreensão de que o Governo Marchezan elegeu os trabalhadores como seu inimigo. Dia sim, dia também, o Governo ameaça

com o parcelamento dos salários. O mesmo Secretário que ganhou uma polpuda gratificação, acumulando dois salários, tem dado entrevistas na imprensa, sobretudo no dia de ontem, dizendo que, em junho, os salários serão parcelados, fazendo chantagem com a opinião pública, dizendo que se a Câmara não votar um projeto que ataca o direito de 24 mil servidores, faltarão recursos para garantir as políticas públicas municipais. Engraçado, Roberto Robaina, que é o mesmo Governo que não assinou a CPI do DEP para ver onde foram os milhões que foram para os ralos da corrupção, que é dinheiro público de todos os porto-alegrenses! Não assinou! E não trouxe a público até hoje o descalabro na FASC, que também teve milhões de reais nos ralos da corrupção, enquanto a assistência social está em colapso. O Governo Marchezan está acabando com a assistência social no Município de Porto Alegre. Os CRAS estão fechando, os CREs estão fechando, eles não têm nem telefone para atender a população em vulnerabilidade social. Pior que isso, este Município está vendo uma tentativa autoritária de atacar os trabalhadores, chamando-os de baderneiros e até de vagabundos para cortar o ponto, como fizeram na greve geral, porque elegeram os trabalhadores como inimigos. Na nossa opinião, vagabundo é quem desrespeita os trabalhadores, vagabundo é quem descumpra as palavras e as promessas de campanha, vagabundo é quem cria um cenário de caos – de caos, caos – para não dizer onde estão as promessas de melhorar a saúde, a educação, a segurança. Nós estamos vendo um Governo que quer confiscar o salário da categoria com projeto que tira reposição da inflação e aumenta a alíquota de 11% para 14% do Previmpa e, no mesmo pacote, quer comprar R\$ 120 milhões de empréstimo para pagar as empreiteiras e obras da copa, aquelas que não entregaram as obras a tempo, aquelas que no Brasil inteiro estão sendo investigadas na Lava Jato. Nós temos um Governo que chamou para dentro da Prefeitura a Comunitas, financiada pelos grandes bancos, pelos frigoríficos, pelas grandes corporações, utilizando o 5º andar da Prefeitura para investigar e pensar projetos para atacar os direitos de vocês que estão aqui e construir a lógica do estado mínimo para o povo e para os trabalhadores, atacando os professores na educação municipal, atacando os esportes, atacando a assistência social e criar o estado máximo para os interesses privados, ameaçando privatizar a Carris, ameaçando privatizar o Hospital Presidente Vargas. Pior que isso, o Governo sequer dialogou com a categoria, que já tem a sua carta de reivindicações para data-base e transfere à Câmara de Vereadores um projeto para encerrar a data-base dos trabalhadores e das trabalhadoras. É um Governo autoritário!

(Manifestações das galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Só um minuto, Ver.<sup>a</sup> Fernanda. Senhoras e senhores que nos visitam aqui hoje, nesta tarde, na sua grande maioria, servidores públicos, são muito bem-vindos, logicamente, mas eu gostaria de combinar, como sempre fizemos nesta Casa, que quando tivermos um Vereador na tribuna, nós aguardemos o final de sua fala para as manifestações. Sempre darei um tempo após cada manifestação da tribuna para as galerias se manifestarem. Conto com a

colaboração de todos. Vereadora Fernanda, mais um minuto para o encerramento de seu pronunciamento.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Obrigada, Presidente. Para concluir, nós temos a convicção de que o Governo transfere a responsabilidade sobre a data-base para a Câmara de Vereadores. E nós, da oposição, não aceitamos chantagem e Governo autoritário. O Marchezan foi eleito para negociar com a categoria, aliás, perdeu para os brancos e nulos, mas é o prefeito de Porto Alegre e não pode se eximir dessa responsabilidade.

Mais do que isso, nós gostaríamos de ver o empenho com que ele se dedica a atacar os municipais para atacar o Presidente Nacional do PSDB, o Aécio Neves, envolvido nos escândalos de corrupção. Nós achamos que é um absurdo entrar em votação o projeto antes da audiência pública que a Câmara tem data prevista para fazer. Portanto, boa luta aos trabalhadores, contem conosco. Chega de autoritarismo, fora Marchezan!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, colegas municipais e municipais, é um momento muito grave e muito triste da Prefeitura de Porto Alegre, da cidade de Porto Alegre, da Capital dos gaúchos. É a priorização de um projeto que quer congelar os salários dos servidores, sem o Governo ter encaminhado sequer uma alternativa para os problemas que ele diz ter na Prefeitura de Porto Alegre; sem ter priorizado os projetos que já mandou para cá, que são tímidos, mas que são projetos de recuperar receitas, dívidas, são projetos de parcelamento de despesas já realizadas, enfim. E priorizar o congelamento de salários é uma sinalização péssima de um Governo que não veio para construir com os municipais e municipais.

Nós estamos enfrentando isso desde o final do ano passado, e nós queremos falar com o conjunto dos Vereadores aqui, porque, nesta Casa, assim como na Cidade, não há uma maioria que respalda esta lógica de governar, porque esta Casa muitas vezes acolheu os municipais e as municipais, porque esta Câmara sabe o valor do investimento em serviço público, que só pode ser feito com homens e mulheres funcionários públicos qualificados, valorizados, respeitados e que participam da produção da gestão pública. Não há outra forma. E não há maior investimento, Vereadores e Vereadoras, que uma Prefeitura possa fazer do que no serviço que é prestado por funcionário público. É um equívoco o que assistimos ontem e temos assistido nesses dias e nesses meses deste desastroso Governo do Marchezan. O Secretário da Fazenda enxerga a categoria municipal e a conta de pessoal como uma fonte de recursos. Uma fonte de recursos! Olha para o valor que tem que gastar com

previdência, depois de anos e anos de vida dedicados à Prefeitura e ao serviço, e diz: “Bah! Não posso gastar com isso”. Mas como assim? Vai dispensar o trabalho realizado pelos funcionários? Quando olha para a conta de pessoal e diz “Eu gasto tanto com pessoal e preciso diminuir”, ele olha para o funcionário, que faz a principal função da Prefeitura, que é oferecer serviço, como uma fonte de recursos, Vereadores e Vereadoras. Não é uma fonte de recursos! É um investimento obrigatório que a Prefeitura tem que fazer! Não há escola, não adianta construir escola, se não tiver professores, monitores e funcionários da limpeza e da cozinha. Nós estamos, Ver. Márcio, com a escola infantil Santo Benedito, lá na zona Norte, construída, linda, maravilhosa, e 93 crianças não começaram a estudar, porque não foi colocado pessoal. Então não é o mais importante um município e uma municipalidade trabalhando lá na ponta, qualificados, com boas condições e bem pagos? É o mais importante. E no entanto para o Governo o mais importante é massacrar os municípios e municipalidades, o mais importante é colocar ponto, o mais importante é colocar corte nas horas extras, o mais importante é questionar sua carreira, é questionar a sua autonomia, é questionar o seu saber, como fizeram com as rotinas das escolas de forma violenta, autoritária e irresponsável! (Palmas.) E nós chegamos a ponto de ter greve de pais e mães fechando escolas pela irresponsabilidade e o desrespeito que este Governo tem com o funcionalismo, Vereadores. O Ver. Carús sabe muito bem o que significa e por isso é importante a valorização que nós damos ao PMDB, Ver. Cecchim, por ter proposto uma audiência pública. Porque quem dispensa município, falência para a sua gestão, erra na política pública e tem que renunciar ao seu mandato! (Palmas.) Porque, se não trabalhar com o funcionalismo, vai ter greve, vai ter paralisação, vai ter serviço público inadequado, vai ter uma cidade convulsionada. Então nós entendemos que congelar salários, priorizar, tirar do funcionário é inaceitável por este Parlamento, porque ele não tem responsabilidade com o ajuste fiscal pura e simples. Este Parlamento não tem compromisso com o governo neoliberal, com o Governo do Estado mínimo, com o Governo da privatização. Este Parlamento tem compromisso com a Cidade, este Parlamento tem compromisso com a saúde atendida lá na ponta, com o saneamento realizado, com a educação de sucesso, com as nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos atendidos na assistência social. E ontem veio aqui uma massa dizer que é um desastre o que o Governo está fazendo. Então não ao congelamento de salário, valorização funcional, parceria com o funcionalismo e fora essa lógica perversa do Prefeito Marchezan. Vamos derrotar este projeto!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, todo nosso respeito aqui a quem efetivamente movimentou o serviço público em Porto Alegre; quero dizer que venho de

uma categoria profissional que tem uma relação muito direta com os principais impostos do Município, quais sejam, o IPTU e o ITBI, diretamente relacionado com a compra e venda de imóveis, o ISSQN, e as imobiliárias também. Hoje ainda conversava com algumas lideranças a respeito dessa postura do Governo, questionando esse encaminhamento do Governo no que diz respeito à questão de estar anunciando o atraso dos salários. Eu, particularmente, se estivesse numa situação de dificuldade financeira, eu estaria lutando até o fim para que não tivesse que atrasar salário. Mas, se fosse para atrasar salário, fazer todo o possível, trazer os funcionários para ajudar, para colaborar para que isso não chegasse a acontecer. Ter uma postura de construção, trazer o funcionalismo para próximo do Governo, para que efetivamente as coisas acontecessem e não se agravassem. Então, eu quero dizer que a gente não concorda com esse encaminhamento de estar anunciando que vai atrasar salário, desde, praticamente, do início do Governo, causando uma instabilidade no funcionalismo. E agora, então, essa notícia de que nem a reposição inflacionária vai se conseguir viabilizar. E através de um projeto de lei tentar tirar esse que é um direito constitucional do trabalhador. Então, quero falar aqui em nome da Liderança do nosso Partido, o PDT, que estaremos ao lado dos servidores. (Manifestações nas galerias.) O PDT aqui reafirma o seu compromisso com o povo trabalhador, especialmente, o servidor público. Na verdade, a reposição da inflação vem para corrigir uma distorção da economia no que diz respeito ao aumento, no dia a dia, do supermercado, da conta de água, da conta de luz. Isso é apenas uma reposição daquilo que se perdeu, é uma correção do salário para atingir o aumento do colégio dos filhos, enfim, tudo que representa o cotidiano daqueles que trabalham. Então, queremos aqui reiterar todo o nosso respeito pela demanda e pela batalha de vocês, reafirmamos aqui o compromisso do nosso partido com o voto e a posição contrária a esse encaminhamento de terminar com o gatilho da inflação. Nós não concordamos com esse encaminhamento.

Acho que não fui bem claro, pela manifestação da tribuna, sobre meu encaminhamento com relação a essa questão de estar anunciando atraso de salário. Acho que essa não é a postura de quem quer construir um início de Governo, porque o servidor público é muito importante para que as coisas aconteçam e funcionem, para que as coisas se desburocratizem, se agilizem. Esta é a nossa compreensão, neste momento. Eu vejo aqui também o plenário organizado em talvez nós amadurecermos esta pauta, a bancada independente está trabalhando no sentido de propormos um adiamento para ver o que se pode se construir de alternativa a esse encaminhamento. Não é possível que os servidores em Porto Alegre não possam receber, pelo menos, a reposição da inflação.

Presidente, o PDT se manifesta hoje aqui no sentido de votar contrário ao projeto, se realmente for para vias de votação, ou na construção efetivamente de uma audiência pública, de um debate público com os servidores para ver, a bom termo, o que pode ser construído de alternativa a essa situação. Agradeço pela atenção, espero poder ter sido compreendido. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Boa tarde Vereadores e Vereadoras da Câmara Municipal, público que nos assiste pela TVCâmara, colegas funcionários públicos da Câmara Municipal, pessoal das galerias, servidores públicos, venho aqui, mais uma vez - já falei em outros momentos sobre isso - dizer que sou filho de pai e mãe servidores públicos: minha mãe, servidora pública federal; meu pai, servidor público estadual. Desde muito jovem, me criei nas lutas e não recorro de um ano, desde década de 90, em que os servidores públicos não tivessem que se manter organizados. Minha mãe chegou a ficar 16 anos com arrocho salarial na década de 90, durante o Governo do Fernando Henrique. Meu pai, muitas vezes, ficou com medo de perder o emprego pela privatização. Lamentavelmente, me criei vendo os Governos sucatearem o que é público para justificar a privatização. Acho fundamental, Alexandre, o sindicato organizado ter espaço de negociação e de mobilização. Falei na CCJ que eu defenderia até o final, se tivesse abertura para negociação, como no ano passado também defendi aqui. Quero falar abertamente de outra coisa, que também é fundamental como os funcionários públicos – aqui os colegas da Câmara sabe, está lá o Presidente do Sindicato que sabe – sempre defendi os funcionários públicos. Quero dizer aqui que uma das coisas que eu falava, aí sem nenhum constrangimento, é que fui, talvez com um ou dois que votaram, contra a reposição salarial dos Vereadores, dos políticos, porque acho - naquele momento votei em Liderança que se tinha - que não há espaço para aumentar salário de político, quando não há como aumentar salário de professor, brigadiano, de Guarda Municipal. Oficialmente, faço doação todos os meses da minha reposição salarial para instituições e entidades relacionadas à proteção dos animais, que é uma forma, inclusive de devolver além da minha reposição, muito mais, uma boa parte do meu salário, chegando a quase 50%.

Quero fazer uma proposta aqui - vou encaminhar o pedido para o Luis Afonso, de que essa discussão, justamente para ter tempo para pensar, Alexandre, para ter tempo de negociação, que ela seja adiada, pelo menos, por três sessões, para que o pessoal aqui na Câmara vote pelo adiamento por três Sessões para que possa ser discutido. Vou requerer o adiamento por três Sessões, porque acho que é uma forma de vocês serem recebidos e de poderem discutir. Vai estar aqui o Vice-Prefeito agora, bem como o Prefeito, para vocês poderem a posição do Sindicato, para o Sindicato ter, inclusive, essa função. Se existe Sindicato, ter que haver negociação, senão não teria justificativa para Sindicato.

O Sindicato tem que mobilizar, e mais, se vocês não se sentirem satisfeitos, que é o que eu defendo, e muito tive nisso - o Alexandre, a Silvana, entre outros, sabem disso desde muito jovem, tem que ter greve! Eu sou a favor de greve. Assim como há milhares de trabalhadores, que muitas vezes não têm sindicatos, são da iniciativa privada, são demitidos, e não tem, vocês têm Sindicato, então em que ter essa negociação. A minha proposta é que se ganhe essa semana, que o Sindicato sente com o

Prefeito, justamente, para propor, não só a reposição que vocês querem, como o reajuste, aumento e todas as faltas que são fundamentais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ROBERTO ROBAINA:** O Governo não fala? O Líder do Governo não fala? Nós estávamos esperando... Eu acho que há um debate. O governo Marchezan se apressou para trazer esse projeto para a Câmara Municipal, porque ele quer votar antes do final do mês, para que a lei não favoreça os servidores e obrigue o Governo a cumprir a Constituição que determina a reposição inflacionária. O Governo se apressa, portanto, em fazer com que a Câmara de Vereadores se curve ao seu interesse. Tenho certeza de que isso não vai ocorrer. E isso não se trata de fazer uma polarização entre a oposição, Vereadores independentes e Vereadores do Governo. Eu espero que Vereadores, que até apoiam o Governo normalmente, nesse caso, não aceitem que a Câmara de Vereadores se curve a um interesse que desrespeita até mesmo a Constituição Federal. Há um debate sobre despesas. Eu, desde que comecei o mandato de Vereador - a Fernanda Melchionna lembrou bem, o Prof. Alex Fraga também -, estou falando em nome da bancada do PSOL, portanto em nome da Fernanda, em nome do Alex, nós temos lutado para que haja, por exemplo, a investigação sobre o DEP. Novamente, o jornalismo investigativo tem demonstrado que há desperdício de recursos públicos, e não apenas no DEP. Nós vamos demonstrar isso ao longo das próximas semanas: há desperdício, há corrupção no Governo. Portanto, não se pode atacar os servidores e ao mesmo tempo deixar correr solto esquemas de corrupção. Há um problema mais grave, não digo mais grave, mas há também um problema que queremos debater. Nós achamos que não é possível que a Câmara de Vereadores aceite a lógica apenas de cortes de despesas e cortes de serviço público; é preciso discutir as receitas do Município de Porto Alegre, e nós, do PSOL, temos propostas que aumentam a receita. Sei que aqui tem auditores da Prefeitura Municipal. Nós estamos há horas discutindo a necessidade de atualização do valor venal dos imóveis, do IPTU. Não se trata de aumentar a cobrança de impostos da classe média e da classe trabalhadora, mas, com a simples atualização venal dos imóveis, nós vamos ter dez mil imóveis em Porto Alegre que têm valor superior a um milhão, nós vamos ter 1.400 imóveis em Porto Alegre com valor superior a dois milhões, nós vamos ter um número muito pequeno de imóveis em Porto Alegre, são 134 unidades, com valor unitário de quatro milhões de reais; e 19 unidades que valem, cada uma, dez milhões de reais. Se nós simplesmente atualizarmos o valor venal, congelando e até reduzindo, porque a atualização do valor venal dos imóveis exige a redução das alíquotas, para que não sejam penalizadas a classe média e a classe trabalhadora, mas, se nós tivermos um Governo com coragem de penalizar os milionários da Cidade, nós temos condições de aumentar o tributo e garantir a melhoria do serviço público...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. ROBERTO ROBAINA:** ...Obrigado, Presidente. Por que nós trazemos esse tema, que é um tema, às vezes, meio árido, porque envolve a economia? Porque não é mais possível nós termos um Governo que simplesmente diz que a Prefeitura não tem recursos: não tem recursos para o esporte, não tem recursos para o lazer, não tem recursos para a saúde, não tem recursos para a assistência, não tem recursos para cumprir a Constituição Federal e garantir a reposição dos servidores; um Governo que só fala em corte de despesa, só fala em desqualificar os serviços públicos sem que aplique uma medida sequer de aumento da receita. Afinal de contas, o Governo está governando para fazer o quê? Simplesmente para reproduzir uma lógica em que os milionários seguem sem pagar um único centavo a mais pela crise que eles mesmos produziram? Nós temos, sim, proposta de aumento de tributos sobre os ricos para garantir...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h54min):** Passamos à

### **ORDEM DO DIA**

Aprego Requerimento de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, solicitando o adiamento da discussão do PLE nº 002/17 por três Sessões.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Rodrigo Maroni. (Pausa.) O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento, como autor.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Eu acho fundamental aqui primeiro, mais uma vez reafirmar - estive aqui inclusive na Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores Municipais - que sempre fui absolutamente favorável à discussão. Eu, pessoalmente, faço uma luta enorme agora no próximo período e vou querer contar com todos os Vereadores para garantir a secretaria dos animais, inclusive estou batalhando bastante para poder manter essa Secretaria que é muito cara na minha pauta, na minha luta nos dias e noites. Como na CCCJ e por coerência sempre falei isso para o Alexandre naquele dia... Eu nunca descumprir o que não falei. Alexandre, tu lembra no ano passado, por isso quero que me escutem os servidores que têm o meu apoio - servidores, professores, todos. Quero aqui mais uma... Depois posso até sair aí para escutar o que vocês quiserem falar, escuto um por um, mas quero só dizer o seguinte: a grande reivindicação - eu fui Presidente de Diretório Central de Estudantes, Alexandre,

e a gente não era recebido. Lembro bem de termos que fazer o diabo a quatro para ser recebido. Eu fui Presidente do movimento estudantil – DCE por três gestões, e era uma dificuldade enorme para nós negociarmos com a reitoria. Eu acho que todos aqueles que defendem o setor público, fundamentalmente a organização das pessoas, seja para qualquer coisa, eu por exemplo, vou organizar para lutar pela Secretaria dos animais até o último segundo aqui dentro, uma Secretaria que para mim é fundamental. Hoje, para vocês terem uma ideia, tem um hospital público ali que foi doado e que poderia estar atender 250 animais. E vou batalhar por essa Secretaria até o último minuto. Vou organizar a proteção animal para as pessoas que gostam de animais, assim como, Bosco, tu falaste da SME. E nós estamos fazendo isso. É fundamental o papel do Sindicato neste momento. É fundamental a luta dos trabalhadores ser escutada, é isso que eu estava falando na CCJ. No ano passado, quando o Sindicato veio aqui, eu falei para o Alexandre: acalmem-se que vou votar a favor do Sindicato, e votei a favor dos trabalhadores. Lembra, Alexandre, cumpra com a minha palavra. Pois, bem o que eu defendi na CCJ é que se tivesse uma grande audiência pública, porque o Sindicato tem que ser escutado. Certo ou errado? Porque os trabalhadores têm que ser escutados. Já foram escutados? Não foram escutados! Então, a reivindicação é sem serem escutados, porque a pauta não é somente reposição! Ou é somente reposição? Eu aposto que aqui há mais 10, 15 pautas. E é fundamental, antes de qualquer coisa ser decidida, que os trabalhadores sejam escutados! Quem defende que trabalhador não precisa ser escutado? Então, não há por que ter organização! Tem que ter! E é por isso que eu defendo aqui este encaminhamento, porque eu vou batalhar, Alexandre, e quero aqui o compromisso - batalhado! - o que não é fácil, que vocês sejam recebidos. Ver. Janta, eu quero fazer um acordo contigo aqui. Ou, então, vai ter que sair na imprensa amanhã que os trabalhadores não querem sentar com o Prefeito!

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. RODRIGO MARONI:** Se a luta toda é contrária. Vocês querem ou não querem? Querem audiência pública ou não querem? Querem discussão ou não querem? Não quer, Roberto? Pô, ontem estavam dizendo que queriam! Roberto, ontem tu disseste que queria!

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. RODRIGO MARONI:** Fernanda, Roberto, desculpem-me, o que eu falei ontem vou defender até o final: que os trabalhadores sejam escutados pelo Prefeito. Vou defender isso! Falei ontem que ia fazer e fiz! Eu quero audiência pública, eu quero que o Sindicato seja recebido, eu não quero porta fechada! Ou, então, vai cair todo o discurso aqui de que vocês não são recebidos!

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. RODRIGO MARONI:** Pessoal, que sonho seria, na época do movimento estudantil, ser recebido pelo reitor. Se eu estou encaminhando uma coisa, que sonho seria, se no dia 02 de janeiro, aqui, eu tivesse sido recebido pelo Prefeito para lutar e para discutir a Secretaria dos Animais. Vocês estão dizendo aqui – tem plaquinhas por toda a Câmara – que querem ser recebidos pelo Prefeito! E eu estou encaminhando para isso! Pelo amor de Deus! Eu vou fazer um acordo com vocês...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Nós teremos provavelmente uma tarde longa de trabalho, talvez noite adentro. Gostaria de pedir a compreensão, como tem sido normal nesta Casa, gostaria que os Vereadores na tribuna não fossem interrompidos. Após as manifestações sempre abrirei tempo para manifestação das galerias.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Eu e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda assinamos contra a reposição do salário dos Vereadores. Inclusive a bancada do PT assinou aqui, ano passado, favoravelmente; inclusive a bancada do PCdoB assinou favoravelmente. Eu falei sobre isso hoje, ao meio-dia, com o Alexandre: o PCdoB e o PT votaram favoravelmente à reposição do seu próprio salário. Eu estou aqui encaminhando para os trabalhadores serem recebidos pelo Prefeito e pelo Vice, e dando a minha palavra que quero construir isso, e vocês estão contra? O que adianta hoje ser votado e ter um monte de pauta em que vocês não são mais recebidos, Alexandre. Vamos discutir de ponta a ponta o que os trabalhadores querem em uma audiência pública. Vamos fazer algo democrático; vamos lá falar com o Prefeito, por isso e por isso precisa da reposição; por isso e por isso tem que ter reajuste. Tem que ser ouvido. Agora não adianta vocês reivindicarem uma coisa e ser contrário a ela. Vocês são contra serem ouvidos? Eu estou vendo aqui os Vereadores que dizem que o Prefeito não recebe sendo contrários a serem ouvidos! Eu estou encaminhando algo para vocês serem escutados! Eu estou errado, Felipe? Eu quero que o Sindicato seja escutado! Agora, se o problema é só a reposição, beleza. É só a reposição então. Não, eu quero que seja discutido tudo o que os trabalhadores querem, tudo, os professores, a Carris. Eu quero que o Prefeito escute de vocês, assim como eu quero que ele me escute, por causa da Secretaria dos Animais. Nós vamos à luta. Cassio, nós temos que ser recebidos pelo Prefeito. Pessoal, nós temos que ser recebidos pelo Prefeito! Ontem, na CCJ, eu falei isso! Trabalhador que não é recebido pelo Prefeito não é escutado! Vocês têm que ser escutados! Eu vou defender isso até o fim! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Registro a presença do Ver. Mateus Simões, de Belo Horizonte. Seja muito bem-vindo, tenha uma boa estada na Câmara Municipal Porto Alegre.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Rodrigo Maroni.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores; especialmente nossos servidores públicos que estão conosco nesta tarde; estamos falando em nome do meu Partido PSB, PSD, DEM, PRB, REDE, PSOL e PT, inicialmente em nome do nosso bloco de independentes, dizendo que vamos votar contra o Requerimento e que vamos votar hoje. Em nome do nosso bloco independente, eu registro que somos favoráveis, sei que PT e PSOL também, ao pagamento da reposição dos servidores do Executivo, dos Vereadores e dos servidores da Câmara Municipal. É um direito conquistado. Todo o trabalhador brasileiro quer e precisa da garantia de uma reposição mínima que garanta ao menos a inflação. E eu disse, ontem, numa reunião da CEFOR, e fui vaiado: imaginem se nós ou qualquer governante deste País, União, Estado e Município, por qualquer motivo, proponha um aumento de tributos de 0,5% de alíquota. A gritaria seria generalizada, especialmente, pelo empresariado nacional. E não estou criticando, mas eles gritariam com 0,5%. E ao servidor público – e eu sou funcionário público – se está pretendendo tirar numa tacada só a inflação dos 5% agregado aos demais 3% de alíquota. A proposta nos daria, nada mais, nada menos, do que 8% em Porto Alegre. E se pensarmos no País, o exemplo do Rio de Janeiro chega a mais de 20%. Nós precisamos compreender, preservar e defender as conquistas do nosso povo trabalhador da iniciativa privada e também do setor público, por que não?

Portanto, nós, com muita satisfação, falamos aqui em nome das nossas bancadas, em nome da nossa frente independente, que votaremos contra o Requerimento e contra o projeto. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Rodrigo Maroni.

**O SR. ADELI SELL:** Sr. Presidente, colegas Vereadoras, Vereadores, cidadãs, cidadãos, há momentos em que uma decisão, uma reflexão, uma tomada de posição e um voto atingem não uma pessoa, mas uma coletividade. Nós não estamos aqui apenas tratando do servidor público; o serviço público faz parte de um todo, porque de um lado do balcão está o servidor e do outro lado está o cidadão, que, em algum momento, também é um servidor público. Por isso, a bem da verdade, o gestor público deve cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei nº 101, de 2000, mas nós não atingimos o limite, não foi ultrapassado o limite; portanto havia tempo, na gestão passada, nesses cinco meses e nos meses vindouros de fazer todas as correções de rota. O Executivo apresentou um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito projetos que não estão sendo priorizados - todos os oito projetos vão ter uma forma ou outra do nosso

apoio, porque alguns são para cobrar dívidas, outros são para fazer financiamento, outros são para fazer correções de rota. Portanto, há uma contradição imanente entre o que querem com o Projeto de Lei nº 02/17 e as coisas que não estão sendo realizadas. Portanto, senhoras e senhores, nós podemos, nós devemos decidir, até porque, pela constituição brasileira, temos uma separação clara de competências: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário... Diga-se de passagem, o Judiciário, inclusive, já fez interferências, mas nós não queremos, nós queremos negociação, escuta, respeito, diálogo, mas, se é para decidir, que seja no dia de hoje, dia é 31 de maio de 2017, em que a soberania, a independência, a autonomia da Câmara Municipal tem que ser ouvida. Nós queremos dialogar, nós queremos conversar sobre todas as necessidades impostas pela conjuntura difícil pela qual passa a Nação brasileira, o nosso Estado e o nosso Município estão passando, mas as crises atuais eram sabidas. Há soluções a serem postas, e nós já apontamos sistematicamente aqui, desta tribuna, alguns dos caminhos e algumas rotas para modificar o atual estado. Nós temos condições, pela capacidade de Porto Alegre, pela organização dos seus serviços, da sua economia, tendo uma gestão competente, disposta a fazer a coisa certa, a arrecadar mais, arrecadar de quem não paga, regularizar terrenos em Porto Alegre que não se regularizam e que poderiam estar rendendo tributos, isso sem falar nos devedores. E digo mais, neste momento, se a Prefeitura tivesse glosado no passado, mas podia ter feito agora, vários serviços não realizados, como já foi posto aqui nesta tribuna, como temos dito na mídia, nós teríamos dinheiro, nós teríamos condições de fazer valer a atual lei que está em vigor, repondo aquilo. A nossa Câmara Municipal, para quem ainda não sabe, decidiu, em reunião da Mesa Diretora, fazer a reposição de 4,08% para os Vereadores e para os servidores da Casa. Nós recebemos o duodécimo da Prefeitura; portanto há um grande caixa único que em um momento se separa. Portanto, nós aqui podemos pagar, o Executivo pode pagar. Vamos fazer a coisa certa, vamos decidir. Hoje é o dia em benefício dos servidores e da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, em nome da liderança do Governo, solicito a retirada de tramitação do PLE nº 002/17. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Há acordo entre as lideranças? (Pausa.) Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h16min.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h19min):** Estão reabertos os trabalhos.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Eu quero só publicizar que eu anunciei a retirada do Requerimento, que a oposição não deu acordo para retirar. O Requerimento de adiamento por três Sessões estou retirando, e a oposição não quis dar acordo.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Apenas para esclarecimento, para poder ser retirado o Requerimento do Ver. Rodrigo Maroni, teria que ter acordo unânime entre as lideranças. Como não houve acordo, continuamos com os encaminhamentos. (Pausa.)

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Rodrigo Maroni. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 08 votos **SIM** e 26 votos **NÃO**.

**A SRA. MÔNICA LEAL (Requerimento):** Sr. Presidente, quero requerer a V. Exa., em sede de adiamento, para agregar pedido de efeito suspensivo ao recurso interposto por mim contra a decisão da Reunião Conjunta das Comissões que apreciou o PLE nº 002/17, priorizado para hoje, na posição número um. Também quero requerer, para evitar prejuízo de difícil reparação, que seja apreciado este pedido neste momento, conforme prevê o Regimento da Casa. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Estão suspensos os trabalhos para avaliarmos a solicitação da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h27min.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h12min):** Estão reabertos os trabalhos.

**O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a retirada do PLE nº 002/17 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h18min.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h37min):** Estão reabertos os trabalhos.

Recebemos aqui o Ofício do Sr. Prefeito , Nelson Marchezan Júnior: “Sr. Presidente, em tempo que eu o cumprimento, venho por meio deste, requerer nos termos regimentais a retirada de tramitação do PLE nº 002/17, tendo em vista ser de autoria deste Poder Executivo. Atenciosamente, Nelson Marchezan. S. Exa., Ver. Cassio Trogildo.”

Em votação o Ofício do Sr. Prefeito, que requer, nos termos regimentais, a retirada de tramitação do PLE nº 002/17. (Pausa.) O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício do Sr. Prefeito.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Boa tarde, Vereadores, antes de mais nada, eu quero dar parabéns aos municipais, organizados aqui, mobilizados e reivindicando seus direitos. Como eu falei, e repito: acho que a luta não se acaba aqui. Acho que a luta tem que continuar, porque não adianta ganhar uma pauta. É fundamental que a categoria se mantenha organizada. Bem ou mal, querendo ou não, e eu sempre digo aqui se fosse eleita a Luciana Genro, o Raul Pont, o Melo ou Marchezan, sempre a categoria tem que estar organizada e mobilizada para reivindicar seus direitos, isso é fundamental. Não é um ou outro, porque a escolha é de cada um. A gente pode questionar e ele foi eleito, e agora é o momento de se manter organizado e, fundamentalmente, o sindicato reivindicar as outras pautas, porque vai haver outras pautas fundamentais. Como eu falei aqui, e a minha intenção era essa, quero reafirmar o compromisso: de que a categoria tem o meu total apoio para sentar com o Prefeito e colocar essas pautas na mesa, para serem recebidos. Isso será fundamental.

Quero dizer também, gente, e quero contar com o apoio de vocês numa luta que virá logo em seguida, que é a reforma administrativa. Eu, infelizmente, não tenho como lotar este plenário, porque, inclusive, estou batalhando para que animais sejam permitidos em órgãos públicos. Não posso lotar este plenário para mostrar o número de animais que são mortos todos os dias, e vou precisar de pessoas que sejam sensíveis a este tema. Tenho certeza de que aqui há servidores, professores, guardas municipais, pessoas sensíveis que adotam animais, muitos de vocês adotaram meus animais, muitos de vocês ligam para mim para pedir atendimento, e vai ser fundamental estarmos mobilizados para manter a Secretaria dos Animais e o hospital público vir a funcionar. O hospital público tem que funcionar! Pelo amor de Deus! Não é reajuste de salários! É vida! A delegacia de animais, que hoje não existe, tem que funcionar! Por isso tem que ter a Secretaria dos Animais.

Quero reafirmar mais uma vez que vocês podem contar com o meu apoio, fazendo um compromisso aberto com a categoria e com os sindicatos que estão aqui, para quem quiser procurar, vou estar à disposição para abrir a porta da Prefeitura e sentar com o Prefeito, porque bem ou mal serão três anos em que ele irá governar. É fundamental que a pauta de vocês avance. A reposição não é nada! Nós temos que pedir outras pautas que são fundamentais e, para isso, será determinante a mobilização da categoria. Se precisar lotar o plenário da Câmara de Vereadores de novo, se precisar ir para rua dar visibilidade, porque, como eu sempre digo, político não gosta de constrangimento. Fundamental a mobilização de todos. Espero contar com a luta: viva aos animais; viva aos servidores públicos; viva ao funcionalismo! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício do Sr. Prefeito.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa tarde a todos e todas, é uma tarde vitória, graças à mobilização dos servidores e servidoras desta Casa que estão aqui e de todos os municipais. Quero agradecer aqui à Bancada do PT, que me concedeu essa fala – temos apenas uma fala por partido. Primeiro, gostaria de dizer que foi uma tarde em que todos tiveram uma aula, mas uma aula também para aprender as coisas que não se deve fazer na política. Talvez a arrogância do Marchezan foi o que levou à sua derrota.

Vereadores, eu quero aqui fazer o cumprimento ao chamado bloco independente composto de oito Vereadores que mantiveram a sua independência e foram os balizadores da tarde de hoje. Os Vereadores aqui do bloco independente: os Democratas, PSB, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Tarciso, que mantiveram a sua independência como Parlamentares que são desta Cidade e conseguiram ser os balizadores dessa discussão.

Vejam, o Governo tentou de tudo, usou todas as suas armas até o último momento. O Secretário Ricardo Gomes que está aqui, assumiu nessa tarde para tentar garantir a vitória para o Governo, mas não conseguiu. Então, portanto, é uma aula da manobra que foi tentada aqui também para tentar ganhar no tapetão aquilo que deveria, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal – falo olhando para sua pessoa, que protocolou esse pedido para tentar ganhar no tapetão na CCJ e que não conseguiu também.

Vejam, ao mesmo tempo em que o Prefeito Marchezan Jr. coloca o discurso da crise, anuncia R\$ 1 bilhão de déficit para 2017, maquiando essas contas, vocês sabem muito bem que, nesse R\$ 1 bilhão de déficit anunciado, que era a preparação para o anúncio de que as remunerações deveriam ser parceladas, foram anunciadas poucas horas atrás. Isso tudo foi uma preparação seguindo a receita do Governo Sartori, ou seja, anunciam uma crise que não existe, e ninguém está dizendo que as contas estão sanadas do Município, mas não é um bilhão de déficit como anunciado pelo Prefeito e pelo Secretário da Fazenda. Nesse R\$ 1 bilhão estão incluídos os débitos consignados dos servidores, que não têm nada a ver com o déficit do Município. Ali não está, Ver.<sup>a</sup> Sofia, incluída a antecipação do IPTU, que já se faz há mais de 30 anos: as pessoas pagam o IPTU em dezembro para ter o desconto. Não está incluído nesse R\$ 1 bilhão do anunciado déficit o fato de que todo dezembro entra no caixa a antecipação do IPTU. Eles anunciam uma crise que não existe, pelo menos não é deste tamanho, para anunciar em seguida o parcelamento dos salários e o projeto que justificou hoje à tarde. Que bom que derrotamos. No final, o Governo teve que retirar o projeto, esperamos a oficialização, mas, como disse o Ver. Maroni, foi apenas um recuo estratégico do Governo. Só a mobilização da categoria garantirá esse direito, que nada mais, nada menos é do que manter o mesmo poder de compra dos vencimentos de vocês. Nada mais do que isso. Então, faço um convite ao Simpa, que está à frente dessa organização, para que mantenha essa mobilização. Vejam, assim como o projeto foi retirado, ele pode voltar a qualquer momento. E pode voltar todos os anos, isso que é o pior; se ele

fosse derrotado hoje, no começo de janeiro de 2018, poderia estar de novo aqui na Câmara. Então, será necessária a mobilização e a atenção permanente na luta. Parabéns por esta tarde, vamos comemorar, mas vigilantes ao longo dos próximos três anos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício do Sr. Prefeito.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores servidores da Prefeitura de Porto Alegre, eu acho que não precisamos fazer muitos discursos aqui, mas acho que foi um dia para ser comemorado. Nós temos, no Brasil, hoje, 14 milhões de desempregados. E eu pergunto: a culpa é dos funcionários públicos? Não. Não é. A culpa é desses corruptos que governaram o País e dos que estão governando. Estou falando dos de antes e estou falando dos do meu partido também. A culpa não é dos funcionários públicos. A culpa é daqueles que gastam mal o dinheiro e roubam bem para eles. Então eu acho que nós temos que comemorar a democracia. E hoje eu queria fazer essa homenagem para a Liderança do Governo daqui que teve essa sensibilidade e para vocês que vieram aqui fazer o papel que têm que fazer, de pressão. Fizeram muito bem a pressão. Eu vejo aqui muitos Vereadores da base do Governo que, educados, ouviram e tiveram a sensibilidade. Eu acho que isso é importante para construir junto com todos nós o diálogo doravante. E é isso que vamos fazer. Se depender dos Vereadores que estão aqui, nós vamos ter diálogo, sim. Diálogo com o Prefeito, com o Vice-Prefeito, com os Secretários, com os servidores, para começarmos a fazer com que a cidade de Porto Alegre funcione ao natural. E vai ser assim, porque capacidade e vontade todos nós temos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício do Sr. Prefeito.

**O SR. DR. THIAGO:** Eu quero dizer que o Parlamento corresponde ao conjunto do pensamento político da Cidade. O Executivo representa a maioria, mas o Parlamento tem uma legitimidade, Ver. Alex, porque ele é o conjunto do pensamento político da Cidade. Quero dizer que esse não é um debate entre governo e oposição. Esse não foi um debate daqueles que eram a favor ou contra o Marchezan, este é um debate de quem acredita no serviço público de qualidade, valorizado e de quem tem dúvida sobre isso. Mostramos, na tarde de hoje, que esta Casa, majoritariamente, acredita no serviço público da Cidade exercido em Porto Alegre e que esse serviço público deve ser valorizado.

Quero enaltecer aqui – o que o Ver. Cecchim já fez – a sensibilidade do Líder do Governo. Quero dizer que o diálogo, Ver. Janta, tem que se acentuar, tem que avançar cada vez mais, porque ninguém é dono da verdade, ninguém tem, como um condão, a possibilidade de ser salvador da pátria sozinho. Nós estamos aqui para ajudar a construir a Cidade.

Quero agradecer ao Presidente. Se em outras vezes o critiquei, desta vez só tenho a enaltecer a sua isenção, Presidente, a sua divisão de responsabilidade. E, se nós chegamos até aqui agora, quero enaltecer a posição independente do Presidente da CCJ, Ver. Mendes Ribeiro, que nos possibilitou chegar até aqui.

Quero dizer aos jornalistas de plantão que ouçam esta Sessão, que não saiam fazendo coluninhas, Tarciso, e saibam que nós somos evidentemente independentes. O Ver. Tarciso, do PSD, o Ver. Mauro, da Rede, os Vereadores Alvoní Medina e José Freitas, do PRB, o Ver. Paulinho Motorista e o Ver. Ferronato, do PSD, e eu e o Ver. Pujol, meu Líder, do Democratas, nós somos legitimamente independentes e trabalhamos pela Cidade. Se algum jornalista é vendido, não nos atribua isso. Não nos atribua isso!

Quero, para finalizar, saudar o diálogo. E que esta Casa possa, sem dúvida nenhuma, dar um caminho, um norte nesse sentido. Ver. Márcio, teremos diversas outras votações este ano e precisamos ter como premissa o respeito, o diálogo, o entendimento, porque só dessa forma, Ver. Cláudio Janta, a Cidade vai poder ganhar. Quero agradecer a confiança do bloco que eu integro, e quero dizer que tenho muito orgulho de integrar este bloco que, na tarde de hoje, acabou unindo forças em prol da Cidade e, sem dúvida nenhuma, Ver.<sup>a</sup> Sofia, a cidade de Porto Alegre, junto com seus municipais, sai vencedora. Não há perdedores, há só vencedores e assim temos que continuar. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício do Sr. Prefeito.

**O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM:** Boa tarde, senhoras e senhores presentes, Presidente da Casa, colegas Vereadoras e Vereadores, eu venho aqui e todos sabem que eu sempre falei desta tribuna do desafio que vários Vereadores têm aqui em primeiro mandato. Aprendemos muito a cada dia com os colegas e com as colegas. Quero dizer que, neste dia que recebemos aqui em nome do Governo, sou Vice-Líder deste Governo, e em respeito às senhoras e senhores que estão aqui, vim a esta tribuna para falar. Na realidade, ouvindo os Pares que me antecederam, algumas críticas eu posso tecer. Primeiro, queria deixar claro que o Ver. Ricardo Gomes, Vereador eleito da Capital, que veio a esta Casa participar desta sessão importante por uma vontade própria. Ele não é do meu Partido, é do Partido Progressista. Mas um colega cometeu aqui um erro, uma injustiça com o colega Ricardo Gomes e eu queria reparar. Da mesma forma com a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, que foi acusada de manobras, de tapetão e etc.

Gente, eu estou aprendendo a cada dia, mas eu tenho que dividir com os senhores que nenhum homem público que se disponha a concorrer, nem o Verle, em 2002, quando não conseguiu pagar as senhoras e os senhores no seu último ano de mandato, o reajuste inflacionário, faz isso por bel prazer. O Verle não fez por bel-prazer, tenho certeza que o Governo do Estado, que não é do meu Partido, não toma uma medida das mais impopulares a bel- prazer, nós vamos ter que refletir, fazer muito exercício, porque na realidade, na minha família, – e eu estou muito confortável de dizer que eu ouvi atentamente, não interrompi ninguém aqui, mesmo que eu discorde das opiniões - minha mãe é professora, meu pai é professor, minha tia, minha sogra.

Eu quero dizer uma coisa muito clara para vocês: eu sou também crítico daqui de nós, Vereadores, termos reajuste inflacionário. Isso é uma questão que nós temos que ver sob o ponto de vista de gestão. É mais de meio bilhão em dívidas. E nós teremos agora, e com muita responsabilidade e transparência, dizer aqui para as senhoras e os senhores, que desde o início houve esta transparência de abrir as contas para os servidores e para a população. Eu respeito todas as opiniões contrárias. Agora, o Prefeito Marchezan não faz ao bel-prazer, porque, simplesmente, estamos com uma crise muito grave de finanças da Prefeitura.

E hoje, senhoras e senhores, teremos que fazer o exercício e talvez, infelizmente, agravar a questão do parcelamento e do atraso dos servidores. É matemática, Sr. Presidente.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Solicito às galerias, conforme o combinado, para deixar o Ver. Moisés que está na tribuna concluir a sua manifestação.

**O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM:** Gente, existe o mundo real e o mundo ideal. Eu escuto aqui as pessoas dizerem assim: “Ah, mas a categoria ganha mais de R\$ 30 mil”. Nós, gente, todos lutamos, e todos vocês lutam, e eu acredito muito na luta e que todos temos que lutar por nós. Mas, gente, matemática não tem: dois e dois são quatro! Nós temos agora uma conta de R\$ 100 milhões! Eu já disse que sou crítico de reajuste inflacionário para os altos salários. Se eu tivesse que legislar no Governo Federal, se eu estivesse no Congresso Nacional, estaria fazendo também para o Judiciário, porque tem juiz que ganha R\$ 100 mil por mês e o salário mínimo do brasileiro é deste tamanho! Enquanto os brasileiros continuarem com o populismo e a politicagem partidária...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM:** ...ou os brasileiros acordam e param com o populismo e a politicagem partidária ou essas duas chagas terminarão com o Brasil. Ninguém aguenta mais pagar tanto imposto! Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício do Sr. Prefeito.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os trabalhos nesta tarde acalorada, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, eu venho fazer este encaminhamento em nome do meu Partido, PSOL, portanto, encaminho também em nome da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e do Ver. Roberto Robaina. Inicialmente, gostaria de saudar a todos vocês que se fizeram presentes neste momento importante, momento que nós identificamos diretamente como sendo um ataque desta gestão, do Executivo, com relação aos municipais desta Cidade. Porque, se houvesse a real intenção de sentar à mesa de negociação para discutir reajuste salarial, reposição de inflação ou ganho real para os servidores públicos, isso já teria que, pelo menos, ter iniciado, já que maio é a nossa data-base, e eu estou falando aqui também como municipal, pois sou professor dessa Cidade. Portanto, para mim, é muito claro: é um ataque. É o primeiro, e por isso nós não podemos arrefecer nas nossas lutas, nas nossas reivindicações e demandas, porque foi apenas o primeiro passo – e parabeno a todos por essa bela vitória.

O projeto que vai aqui à votação, o Ofício de retirada da tramitação fica arquivado, mas nós esperamos bom senso da Liderança do Governo e do Executivo em não tornar a colocar essa matéria de novo em tramitação na Câmara de Vereadores.

Nós já tivemos, historicamente, neste País, e eu falo isso porque me chamou muito atenção, e de certa forma, me instigou mais a militar politicamente, a década de 90, quando entrei na faculdade entre 1995 e o ano de 2000, em que o Governo do PSDB, do Fernando Henrique Cardoso, congelou por oito anos o salário dos servidores públicos federais. Eu percebi a instituição em que eu estudava, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul ruir! Os laboratórios se desmanchando; os equipamentos se depreciando. E portanto, a valorização do servidor público é fundamental.

Tivemos na nossa Comissão, Ver. Cassiá Carpes, que a preside, o debate sobre o projeto da Previdência, que o Prefeito também encaminhou a esta Casa e esta em tramitação, que aumenta a alíquota de contribuição e diminui o repasse para a administração do Previmpa. Falamos com o diretor dessa instituição, e ele afirmou categoricamente: se nós tivermos um maior número de aposentadorias, as finanças da Prefeitura irão piorar, piorar.

O que se espera de um governo com bom senso, com racionalidade, é um tratamento adequado com seus servidores, a manutenção deles dentro dos quadros, transmitindo a sua experiência para os mais novos; a valorização do servidor e do serviço público. Isso é o que se espera! Melhores condições de trabalho e valorização.

Isso manteria os municipais na ativa, evitando a sua aposentadoria precoce e retardando as aposentadorias, para aqueles que já têm direito de solicitar. Isso suavizaria o caixa da Prefeitura. Isso foi dito categoricamente, Vereadores, principalmente, os da CEDECONDH, pelo Diretor Presidente do Previmpa. Ele falou isso! Se tivermos a manutenção desses ataques contra os municipais, o Prefeito vai estar cavando ainda mais a cova que ele está se enfiando, porque vai abrir um rombo ainda maior nas finanças do Município, que ele e o seu Secretário Busatto vêm a público, procuram os veículos de comunicação, dizer que é calamitosa. Hoje, saiu no jornal que não é tão ruim assim quanto está aventada nos jornais. O que ele diz a público já não me sensibiliza tanto, talvez nem sensibilizasse antes, agora está pior a situação. Portanto, senhoras e senhores, precisamos continuar nos mantendo fortes e firmes, enfrentando esses retrocessos, não é atacando o serviço público e os servidores que ele vai conseguir melhorar situações da nossa Cidade, muito pelo contrário, as terceirizações que são implementadas na nossa Cidade, há muito tempo, e que são mantidas e querem ser aprofundadas por esta Gestão, sangram os cofres públicos. Olha o escândalo do DEP com as empresas terceirizadas que deveriam estar prestando serviço e não estão, mas continuam a receber. Não há fiscalização, o Governo não nomeia novos fiscais, não dá suporte e condições para os servidores trabalharem decentemente. Isso joga contra nós, joga contra a nossa Cidade. Portanto, vamos votar a favor da retirada de tramitação e nos manteremos atentos para que o Governo não volte a colocar esse assunto em pauta. Vai perder! Vamos lutar contra! E parabéns ao bloco de oposição pela manutenção...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício do Sr. Prefeito, pela oposição.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Agora, sim, podemos dizer boa tarde aos trabalhadores e às trabalhadoras. Boa tarde diante da vitória enorme que tivemos na tarde de hoje, fruto da mobilização de uma categoria que tem história e tem muitos anos de mobilização. Aliás, queria dizer ao Ver. Maroni que essa categoria fez greve contra todos os governos e manteve a sua independência reivindicando seus direitos. E nós defendemos a independência da classe trabalhadora e a necessidade de auto-organização. Boa tarde também porque foi aprovado, lá na CCJ do Senado Federal, a PEC das Diretas, já, que é uma luta que segue em curso para que haja, sei que falo em nome de toda a oposição, do Ver. Oliboni, do Ver. Adeli, da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, do Ver. Roberto Robaina, do Ver. Alex Fraga – sobre os dois temas, tanto as diretas quanto a vitória que nós tivemos na tarde de hoje. Queria cumprimentar também o bloco de independentes, que teve um papel fundamental do início ao fim da tarde do hoje, para que nós tivéssemos essa vitória: Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Dr. Thiago, Ver. Tarciso, Vereadores do PSB, Vereadores do PRB. Nesta semana, ficou claro que o

Governo queria votar a toque de caixa esse projeto, tanto é que manobraram, de todas as maneiras, nas comissões, as condições de ele vir a plenário. Nós fizemos o debate lá em relação à possibilidade de votação ainda no mês de maio. Só que, com a chegada na Câmara de Vereadores, a posição firme das várias bancadas da oposição, as bancadas independentes, Vereadores e Vereadoras, nós vimos que era possível derrotar o projeto na tarde de hoje. A retirada de tramitação é uma vitória enorme, porque o Governo queria arrochar o salário confiscando e congelando, durante quatro anos, o salário de cada um de vocês. Essa é uma importante batalha vitoriosa, que tem que ajudar a dar moral a esta categoria para a luta que segue em curso, porque nós vencemos a batalha, mas ainda não vencemos a guerra. Nós temos uma luta de longo curso contra o projeto do Marchezan. Sejam os projetos que atacam vocês, como o do Previmpa, que confisca uma parte do salário da categoria, aumentando a alíquota de 11 para 14% – e o meu colega Alex Fraga já falou sobre esse projeto –, seja o projeto em curso para a nossa Cidade, que é de colapso dos serviços públicos, que é de ataque à assistência social, que é de ataque à educação pública, que é de ataque à saúde pública, com a tentativa, inclusive, de privatização do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas. E não nos enganemos: defender o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas é defender o Pronto Socorro, é defender as UBS, é defender as UPAS. Um projeto em curso que, na verdade, é claramente um projeto de arrocho, congelamento, ataque aos serviços públicos e de construção de um Estado que funcione a serviço de uma minoria, das grandes corporações, sejam os bancos, os frigoríficos, a especulação imobiliária, sejam aqueles e aquelas que tratam de fazer essa política neoliberal no Brasil inteiro. Eu ouvia atentamente o Ver. Moisés, do PSDB, e vejo uma contradição brutal no projeto e no debate, quando PSDB diz na tribuna que é contra os altos salários, mas votou a favor de uma gratificação de duplo salário para meia dúzia de Secretários no Município de Porto Alegre.

Ao mesmo tempo, que o Secretário disse que vai parcelar salários, que vai descontar pontos dos trabalhadores. E mais: o Marchezan disse que existe um colapso nos recursos públicos municipais que, na verdade, como deputado federal, deu todas as condições para votar a PEC 55, que massacra os recursos públicos municipais. É um projeto ao qual o PSDB é aliado, é um projeto nacional que é de arrocho, de ataque e de massacre aos servidores. Mas nós, para ganharmos esta guerra, vamos precisar de muita luta organizada da categoria em unidade com o povo da nossa Cidade, como nós fizemos quando o Marchezan não queria dar o desconto para o IPTU e nós aliamos a luta pelo desconto do IPTU com a luta pelo 13º salário de cada município e cada municipalidade. Nós precisamos ganhar o conjunto do povo de Porto Alegre para a necessidade de derrotar este projeto privatista, para defender os servidores públicos como parte da defesa do serviço público e da necessidade da derrota de um projeto, que é neoliberal, que é privatista, e de sustentação a um governo que não tem nenhuma condição de seguir governando. Este Governo quer atacar a previdência, a CLT com a reforma trabalhista – porque nós sabemos que o PSDB é aliado do ilegítimo Temer, é aliado desse pacote nacional, que é contra o conjunto da classe trabalhadora. Então,

parabéns a vocês, que nos acompanharam na tarde de hoje. Os méritos têm que ser dados aos seus sujeitos, que foram os trabalhadores municipais de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício do Sr. Prefeito.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Olhem, se tem uma coisa que não me comove é vaia, não me abala. Aliás, quero dizer para os senhores que podemos pensar diferente, mas em comum devemos ter a educação. Portanto, para prestarem presença neste plenário, escutem em silêncio, que vale a pena. Presidente, eu ocupo esta tribuna hoje para responder a um colega, Ver. Marcelo, que subiu aqui para chamar dois colegas de manobristas e que estariam fazendo tapetão. No mínimo, ele fez de forma errada a sua faculdade de Direito; de uma maneira muito simples vou dizer por quê! Ora, na Reunião Conjunta das Comissões, a CEDECONDH, através do seu Presidente, com assinatura de todos os seus membros, requereu que a mesma também participasse da discussão e votação do Parecer Conjunto. Não acolhido este pedido de participação da CEDECONDH, o parecer foi aprovado por duas Comissões, com voto contrário de uma Comissão. Diante disso, entrei com recurso regimental e legal para que a CEDECONDH tivesse participação.

Hoje, o Presidente apreciou o recurso, encaminhou para a CCJ, com a apreciação deste projeto de lei da política salarial dos municipais, teve andamento. Eu agreguei ao meu recurso um pedido de efeito suspensivo deste Projeto, até a apreciação do meu recurso. Eu quero dizer, Ver. Marcelo Sgarbossa... Onde encontro o Vereador? O Vereador sobe à tribuna, ofende, diz que os colegas fazem tapetão, manobra, mas não fica para ouvir a resposta. Manobra, quem faz é o seu partido, sua Presidente Dilma que é mestre, especialista em fazer esse tipo de coisa. Agora, Ricardo Gomes, o Vereador que aqui está, foi votado, foi eleito, legítimo, veio a esta Câmara por vontade própria, por convicção. Ricardo Gomes acredita neste projeto e tem o direito de estar aqui, e ninguém vai subir nesta tribuna e chamar o Ver. Ricardo de golpista ou de manobrista, sob pena de, no mínimo, mostrar ignorância eleitora. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício do Sr. Prefeito.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, estou falando em meu nome, do Ver. Paulinho Motorista e falando também pelo conjunto do nosso bloco independente, sei que cada partido também falará. Faz aproximadamente dois meses, quando começou a surgir uma conversa sobre vir projetos para a Câmara, o jornalista escreveu que o nosso bloco

independente não era independente somente no nome, pois nós estaríamos votando em troca de cargos. Quando eu li aquilo, meu querido Vereador, pensei logo em Jesus Cristo, ele não sabe o que diz – ele não sabe o que diz! Meu caro Vereador, Dr. Thiago, eu estou aqui desde 1989, saí, voltei, cheguei, e não acredito que nós, ao pensarmos na Capital do povo gaúcho, no nosso cidadão e cidadã – homem, criança, idoso –, mudaríamos o voto apenas em troca de alguma coisa. Nós votamos de acordo com a nossa consciência. Faz 42 anos que sou funcionário público, e faz 42 anos que, quando a coisa degradingola em qualquer setor do nosso País, Estado e Município, querem atribuir a responsabilidade ao serviço público, ao servidor público, ao Poder Público, ao tamanho de estado e assim as coisas se vão – nada disso! Nós somos fundamentais para a condução das questões daqueles que mais precisam do setor público, portanto valorizar o serviço público, valorizar o servidor público.é o caminho que precisamos perseguir para uma ação pública do tamanho daquilo que precisa a nossa sociedade. E compreendo, e quero dizer que nós, hoje, tivemos demonstrada a importância desta Câmara Municipal de Porto Alegre na busca dessas questões.

O Ver. Paulinho Motorista e eu nos reunimos, e nos reunimos também com o nosso bloco independente; Paulinho Motorista e eu decidimos que vamos votar sempre, em qualquer situação, contra qualquer retirada ou a retirada de proposta que diga que a inflação, a reposição inflacionária não seria concedida, por uma questão muito simples: conquista do trabalhador brasileiro é conquista da sociedade, e nós em vez de dizermos: não, a iniciativa privada não tem isso, precisamos dizer o inverso: a iniciativa privada, o trabalhador da iniciativa privada também precisa disso. É por isso que vamos estar atentos e parabéns pela luta de todos nós. Um abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício do Sr. Prefeito.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Srs. Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste; eu fiquei muito triste em ouvir algumas palavras aqui, especialmente do Ver. Marcelo Sgarbossa, que veio aqui dizer e ofender a Ver.<sup>a</sup> Mônica e o Vereador...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Eu peço, por gentileza, que me ouçam e, depois, ao final, se quiserem vaiar, fiquem à vontade. Eu fiquei triste porque ele realmente ofendeu o Ver. Ricardo Gomes, ofendeu um Vereador eleito, colega e ofendeu a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, que, ao contrário do que ele disse...Por favor, me ouça. Por gentileza... O que a Ver.<sup>a</sup> Mônica desejou? Desejou incluir a comissão do próprio Ver. Marcelo Sgarbossa no parecer. Ela solicitou que fosse incluído... Não quis fazer nada no tapetão, absolutamente, ao contrário...

(Manifestação nas galerias.)

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** É bom que o senhor ouça, V. Exa. ofendeu a sua colega e o seu colega e ofendeu o Sr. Prefeito. O senhor disse que o Prefeito é prepotente e que inventou a crise e o déficit. Quem não está falando a verdade é Vossa Excelência...

(Manifestação nas galerias.)

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Um momento, permitam...Os funcionários da Prefeitura são todos educados, eu espero que essa não seja a educação...

Muito bem, eu sou membro da Comissão de Finanças. Ontem, o Secretário de Finanças esteve na nossa Casa. Apresentou as contas do primeiro quadrimestre, e disse claramente. Nunca se falou em déficit de R\$ 1 milhão, como V. Exa. citou – nunca! Então V. Exa. não estava informando a verdade. O déficit do ano passado foi de R\$ 825 milhões. Com o trabalho do primeiro quadrimestre, reduzindo despesas, reduzindo custo, o déficit ficou em R\$ 589 milhões – reduziu. Eu vou explicar para a senhora, somente em atraso... Por favor, seja educada! Presidente, preserve o meu tempo, por favor!

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O seu tempo está pausado, V. Exa. aguarde um segundo. Solicito às galerias que possam nos ajudar a ouvir o final do discurso do Ver. João Carlos Nedel. Muito obrigado.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** O déficit não foi inventado. A crise não é inventada. Também não é culpa dos funcionários. Só em atraso a fornecedores, são R\$ 364 milhões. Somente em saque do caixa único, dos fundos do idoso, da criança e do adolescente e outros, são R\$ 143 milhões. Coloco esses dados à disposição de quem quiser, as contas estão aqui.

Eu não vou falar mais porque há certas pessoas que não são educadas. Eu queria concluir, menina. Nós precisamos, o Governo, a cidade de Porto Alegre precisa da parceria dos seus funcionários! Precisa! Estou dizendo que precisa e que conta com isso! Sem essa parceria, a crise e o déficit vão se agravar e a sociedade toda vai ser prejudicada. Portanto, o governo precisa dessa parceria.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício do Sr. Prefeito.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Presidente Cassio Trogildo, na pessoa de V. Exa cumprimento os demais Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, Secretário, imprensa, eu quero aqui também me manifestar no sentido de acompanhar aqueles que entenderam que, nesta tarde, nós tivemos uma vitória importante, conseguimos sensibilizar o Prefeito, de uma maneira ou de outra, de que efetivamente esse projeto de lei congelaria o salário dos servidores do Município. Infelizmente, nós suprimimos a reposição da inflação representaria um prejuízo enorme para a Cidade, especialmente para os servidores públicos. E viemos aqui, então, externar a nossa opinião e a nossa posição, porque realmente avançamos de maneira importante para o bem da Cidade e para o bem do servidor público do Município. Conseguimos, então, que o Governo compreendesse que esse projeto de lei não traria nenhum resultado positivo para a Cidade. Eu vejo aqui, inclusive, em algumas falas daqueles que me antecederam, algumas posições controversas, muitas vezes, até para justificar sua defesa com relação a determinado entendimento, especialmente, no que diz respeito a esse projeto. E eu respeito aqueles Vereadores que são contrários à reposição da inflação, que acham que um trabalhador não deveria recebê-la. Mas eu quero dizer que sou contrário a esse entendimento, acho que todo o trabalhador tem direito à reposição, porque a reposição já está maquiada, a inflação já está maquiada. O índice, este ano, deu 4% da inflação. Então, se o Vereador entende que o servidor não tem que receber a reposição da inflação, que ele próprio não tem que receber, que abra a mão. Que ele abra mão! Vai ali e protocola: “Eu não quero receber a reposição”, mas não o trabalhador, que tem direito. Ele, como detentor do mandato, pode abrir mão, então vai ali e diz que não quer receber a reposição. Se ele vem aqui na tribuna e diz que é contra e depois vai lá e recebe, fica muito esquisito, não é, pessoal?

Também nessa linha, quero dizer que os encaminhamentos e as formas de concretizar algumas pautas em plenário são controversas também. A gente não pode se furtar de fazer, digamos assim, um exercício de compreensão dos encaminhamentos que se dão nesta Casa, porque, senão, nós acabamos entrando no acompanhamento de raciocínios que são controversos. Por exemplo, se vai se estabelecer um teto no Município, o teto tem que ser igual para todo o mundo, porque, se vai se estabelecer um teto que vai permitir que um ou outro consiga ultrapassar esse teto, como é que se vai justificar não dar 4% para o servidor? Vamos ter alguns secretários recebendo acima do teto e não vamos pagar 4% a inflação para o servidor? Nós não podemos concordar com esse encaminhamento. Nós entendemos que esse encaminhamento é incoerente, e quem faz essa defesa a faz com incoerência. Então, nós que fomos eleitos aqui por um segmento da sociedade, os trabalhistas aqui do PDT, falo em nome da Liderança do nosso partido, do PDT, entendemos a relevância do trabalho para geração da riqueza. Já dizia Getúlio Vargas: “O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana”, é o que gera riqueza no nosso País. Então, queremos dizer que estaremos aqui ombreado com o servidor para a manutenção dos seus direitos, para que possamos ampliar os seus direitos e para que nenhum direito seja subtraído. Esse é o nosso encaminhamento. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício do Sr. Prefeito.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, membros desta Casa, após vários pedidos, aqui estou para falar não somente para os trabalhadores municipais, mas para os 52 trabalhadores que cada um dos municípios representa. Para cada município há 52 trabalhadores na cidade de Porto Alegre, trabalhadores no comércio, na construção civil, rodoviários, metalúrgicos, trabalhadores nos edifícios, no transporte em geral... Duzentos e dois mil desempregados, trabalhadores de várias categorias, trabalhadores que estão em todo o Brasil; na Bahia, há dois anos sem repor a inflação. Trabalhadores do Rio de Janeiro, da construção civil, no Pólo Naval, sem aumento e sem reposição da inflação. Sessenta por cento dos trabalhadores do Espírito Santo estão sem repor a inflação. Trinta e dois por cento dos trabalhadores do Paraná estão sem repor a inflação. Trinta e nove por cento dos trabalhadores brasileiros receberam, no geral, aumento abaixo da inflação. E 29% no geral de trabalhadores brasileiros não receberam a inflação. E principalmente todos os servidores públicos do Brasil, nos Estados e Municípios se viram obrigados a assinar um acordo com a União para refazer a dívida, recalculando as suas dívidas, e ficarão algum tempo sem receber a inflação. Mas a realidade do nosso Município não é a realidade de mais de cem mil empresas que aderiram ao Programa de Proteção ao Emprego, onde os trabalhadores fizeram um acordo para a redução da jornada de trabalho e a redução dos seus salários. Esta é a realidade da vida dos trabalhadores da iniciativa privada. Esta é a realidade dos trabalhadores que não têm a proteção da garantia do emprego. Esta é a realidade dos trabalhadores que pagam o salário das senhoras e dos senhores! Esta é a realidade desses trabalhadores que vivem e que saem de casa de manhã para produzir e que pagam água, luz e telefone. Esta é a realidade desses trabalhadores que não têm a estabilidade no emprego!

(Vaias.)

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Esta é a realidade dos trabalhadores que podem chegar amanhã na empresa, e a sua empresa estar fechada. Esta é a realidade de quem não estava aqui na Câmara na semana passada para defender o projeto do João Bosco.

(Vaias.)

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Fora Temer! Fora Dilma! Por que não estavam aqui quando foi tirada a bimestralidade de vocês? Esta é a realidade de milhares e milhares de trabalhadores de Porto Alegre, de 202 mil trabalhadores desempregados. Esta é a realidade de pessoas que querem saúde, que querem educação, atendimento nos postos de saúde. Esta é a realidade. É muito simples ter garantido o aumento salarial. Então, é muito simples vir para a Câmara, para as Comissões e dizer que não quer bater ponto. É muito simples vir para a Câmara e dizer que não quer cumprir a jornada de

trabalho. É muito simples vir aqui para a Câmara e dizer que não interessa a situação da empresa. Eu dou um exemplo para vocês, um exemplo só de cem empresas em que os trabalhadores foram chamados para resolver o problema da empresa. Vocês estão sendo chamados junto com a população de Porto Alegre...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício do Sr. Prefeito.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, todos que nos assistem, eu quero dizer que hoje em dia eu sou muito orgulhoso, porque 20 dias atrás, Ver. Paulinho Motorista e Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que estão aqui prestando atenção, eu fui ao nosso Líder, Ver. Mauro Pinheiro, pedindo para sair do bloco, e o Ver. Mauro me convenceu a ficar no bloco. Eu não sou oposição e nem sou da base, eu sou independente. E o Ver. Mauro me convenceu, e eu tenho um orgulho imenso de estar neste bloco com o Ver. Medina, Ver. Paulinho Motorista, Ver. Freitas, Ver. Mauro, Ver. Dr. Thiago, Ver. Pujol e Ver. Ferronato. Eu não vou entrar em detalhe aqui sobre a inflação. A única coisa que eu parei para pensar, e pensei, foi no meu voto para os trabalhadores, o sim para os trabalhadores. Porque para este País estar do jeito que está não foram os trabalhadores que o colocaram assim. Todos nós sabemos. Então nós temos que parar um pouco com essa demagogia barata. Eu aprendi muito na minha vida a perder, mas ganhei muito. Chorei muito, mas sorri muito; fui muito vaiado, mas também fui muito aplaudido. Porque sempre tive uma linha, a linha da luta, da dignidade e da honestidade. Com meus filhos, com meus amigos ou com os meus colegas, sempre fui um cara que procurou sempre esse lado, por isso, quero dizer uma palavra aqui a todos vocês, trabalhadores, que neste dia de hoje vocês alcançaram uma vitória, a vitória não é um campeonato. Vaiar um jogo é a coisa mais fácil, vaiar o campeonato é muito difícil. Quando eu falo o campeonato, o jogo, eu falo o jogo da vida, mas eu falo, nós, porque eu faço parte dessa multidão. Porque vocês, povo, me aplaudiram para chegar aonde cheguei. Vocês me colocaram aqui para ser o Vereador de vocês, então, a minha luta, a minha briga é por vocês. Então, nós temos que continuar brigando pelo jogo da vida, esse é o jogo da vida, para os nossos netos, para os nossos filhos. Fazer este País voltar a ser o País em que nós chegaremos lá fora e poderemos dizer: eu sou brasileiro! Com a boca cheia. Então, quero dizer aqui a todos vocês: no outro mandato, eu e o Bernardino éramos independentes, nós dois votávamos, e quando ele achava que não, eu votava. O voto vem do coração de cada um. Não adianta eu aqui ficar vendendo ilusões para vocês de inflação, disso e daquilo, e, em casa, o neto, o filhinho dizerem: “Mamãe, cadê o leite, cadê o pão?” Então, vamos parar com isso, pois é o trabalhador que está cuidando do País e que não afundou o país. Não é o trabalhador, é o contrário. O trabalhador nunca

destratou o Brasil que ele ama, o Brasil que ele gosta. Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o Ofício do Sr. Prefeito Municipal, que requer, nos termos regimentais, a retirada de tramitação do PLE nº 002/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**. Fica prejudicado o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h52min):** Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0377/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 024/17**, de autoria da Mesa Diretora, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao pastor Adealberto dos Santos Dutra.

**PROC. Nº 0663/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 053/17**, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que proíbe os estabelecimentos comerciais de vender tintas em embalagens do tipo *spray* sem a prévia exibição de documento oficial de identidade pelo comprador e dá outras providências.

**PROC. Nº 1030/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 110/17**, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Aristides Germani Filho.

**PROC. Nº 1137/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 131/17**, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que denomina Rua Rui Biriva o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Seis Mil e Cinquenta, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro.

**PROC. Nº 1367/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 154/17**, de autoria do Ver. Dr. Thiago e Ver. Márcio Bins Ely, que inclui as efemérides Maio sem Dor – Mês de Conscientização sobre a Fibromialgia e Semana de Conscientização sobre a Fibromialgia no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas

Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de maio e na semana que incluir o dia 12 de maio, respectivamente.

**PROC. Nº 0961/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/17**, de autoria da Mesa Diretora, que denomina Pedro Américo Leal a sala 311 da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizada no terceiro pavimento do Palácio Aloísio Filho.

## **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 1073/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 015/17**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que inclui art. 8º-A na Lei Complementar nº 382, de 24 de julho de 1996 – que regulamenta o art. 103 da Lei Orgânica do Município e dá outras providências (audiência pública) –, obrigando o comparecimento de representante da Administração Direta ou da Administração Indireta do Município de Porto Alegre às audiências públicas concedidas pelo Executivo ou Legislativo Municipais.

**PROC. Nº 2379/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 233/16**, de autoria do Ver. Dr. Thiago e outros, que inclui o evento Setembro Amarelo – Mês de Prevenção ao Suicídio e de Valorização da Vida no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de setembro.

**PROC. Nº 1074/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 016/17**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que inclui inc. V no *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 744, de 28 de outubro de 2014, incluindo a construção, a reforma e a manutenção de estruturas físicas para a prática de esportes com bicicleta no rol de aplicações dos recursos arrecadados pelo Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Ciclovitário FMASC.

**PROC. Nº 1869/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 185/16**, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que altera o art. 7º e inclui art. 7º-A na Lei nº 10.260, de 28 de setembro de 2007, e alterações posteriores, destinando recursos para o estabelecimento de convênios com entidades sem fins lucrativos que tenham como finalidade social específica a promoção de campanhas de educação para o trânsito e determinando a realização desses convênios.

**PROC. Nº 0934/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 099/17**, de autoria do Ver. André Carús, que institui o Sistema Colaborativo de Segurança e Monitoramento no Município de Porto Alegre.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Vereadores, em primeiro lugar, encaminhando os projetos que estão em Pauta, quero me somar à indignação da professora, do professor e de todos vocês ao ouvir uma forma desrespeitosa, absurda e equivocada de falar do funcionalismo municipal, feita aqui pelo Líder do Governo desta Câmara. E eu espero que essa fala, Ver Janta, que é um sindicalista, seja uma fala aqui remendada, que tenha um pedido de desculpas. Ou então assuma que faz um sindicalismo pelego! Um sindicalismo de patrão! Um sindicalismo de estado mínimo! Isso é inaceitável! Inaceitável, Nedel! E o desemprego, causado pela crise política dos golpistas deste País, seja tomado como argumento para a opressão dos municipais! Argumento! Segundo, não dá para criminalizar, Ver. Janta, o funcionalismo público que faz concurso, que trabalha sério, que se qualifica, que aguenta tudo que é condição! Tudo que é condição! E não é pior e não é privilegiado em relação aos demais trabalhadores por isso!

Nós lutamos, Janta! Lutamos por concurso público! Sindicalista de verdade luta por concurso público! Sindicalista de verdade luta contra a terceirização! Sindicalista de verdade não aceita a reforma da previdência! Sindicalista de verdade quer democracia! Sindicalista de verdade respeita trabalhador e trabalhadora! Então, o senhor venha pedir desculpas! Que aqui não há um bando de privilegiados! Não há fantasma! Não há funcionário fantasma! Não há funcionário irresponsável, há funcionário que merece respeito! São trabalhadores e trabalhadoras como qualquer trabalhador deste País! E muitas categorias, como os rodoviários de Porto Alegre, que são CLT, já receberam recuperação da inflação. Já receberam! E o sindicato é da força sindical! E eles receberam mais do que a inflação, Ver. Janta! Então, estão legítimos aqui os colegas municipais, lutando pela recuperação do poder de compra do seu salário!

Por favor, respeite a categoria municipal! Por favor, Ver. Janta, venha pedir desculpa, porque não é possível que uma categoria esteja passando tudo o que está passando, quase não recebeu o 13º salário! O povo está sendo massacrado! As horas extras retiradas! A rotina imposta! Ainda ter que vir a esta Câmara ouvir desrespeito! Não é possível! Tem que ter solidariedade, amorosidade, tem que ter respeito, porque essa categoria faz a Prefeitura de Porto Alegre, faz a Prefeitura de Porto Alegre! Quero dizer, Ver. Nedel, que nós estamos aqui orgulhosos desta Casa hoje, da maioria desta Casa, independente, altiva e que respeita, e aí, Ver. Cassiá, uma homenagem a ti, ao Mendes e ao Márcio, mas ao Cassiá em especial, que é da base do Governo, do PP, ele foi desrespeitado, inclusive, porque ele é Presidente da CEDECONDH, e ele pediu para a CEDECONDH participar, na semana passada, e foi rejeitada. Ele é o Presidente da CEDECONDH, é do PP, foi corajoso e ficou do lado da dignidade dos municipais, porque, se nós não ficarmos do lado da dignidade dos municipais, é a Cidade que vai perder, porque essa lógica do desemprego, essa lógica da perseguição de funcionário, de não pagar direitos, que é o que está passando no Congresso Nacional, faz com que o serviço público seja interrompido, seja de péssima qualidade, e a gente conviva com colegas trabalhadores terceirizados que são massacrados. Nós não queremos isso para

ninguém, nós não vamos aceitar, lutamos com os municipais, lutamos com CLT. Eleições Diretas, já! Fora, Temer!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Esclareço aos Srs. Vereadores e às Sras. Vereadoras que estamos em discussão preliminar de Pauta, a intervenção tem que ser resumida aos projetos que temos em Pauta.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós temos vários projetos em Pauta. Queria ver esse discurso guerreiro e combativo da Ver.<sup>a</sup> Sofia, primeiro, quando tiraram a bimestralidade; segundo, quando o seu Governo de dezesseis anos não reduziu um segundo a jornada de trabalho dos trabalhadores; e terceiro, se a Ver.<sup>a</sup> Sofia confia tanto nos educadores de Porto Alegre, seus colegas, por que seus filhos não estudam em escola pública do Município de Porto Alegre? Estudam numa das escolas mais caras de Porto Alegre, que é o Anchieta. Por que isso?! Por que não coloca seus filhos a estudar nas escolas públicas de Porto Alegre em vez de colocar no Anchieta? Por quê? Por que é que a Ver.<sup>a</sup> Sofia não fala que, quando nós combatemos o teto, ela foi contra, porque extrapola o teto, como professora, educadora do Município de Porto Alegre? Por que é que a Ver.<sup>a</sup> Sofia não abriu mão do salário de professora de Porto Alegre para ficar com o salário da Câmara como vários fazem? O discurso é um, e a prática é outra!

Eu não vi vocês aqui quando o Ver. João Bosco aprovou o projeto dizendo que, se houver atraso de salário, os municipais de Porto Alegre não serão obrigados a pagar água e IPTU. As galerias não estavam lotadas! Eu não vi vocês aqui quando estávamos discutindo a questão do teto. Não tinha ninguém dos municipais aqui quando estávamos discutindo a questão do teto! Ou todos vocês recebem acima do teto? Isso bota milhões nos cofres da Prefeitura, possibilitando o pagamento do salário sem ser parcelado. Aí eu não vi ninguém! Aí vamos discutir quem é e quem não é pelego! Aí a Sofia vem aqui e diz que eu consegui aumento para os rodoviários de Porto Alegre sem estar na lei o direito ao aumento. Aí um outro vai lá e diz que eu consegui aumento para os comerciários em Porto Alegre sem estar na lei que os comerciários têm direito a aumento. Aí um outro vai lá e diz que eu consegui aumento para os metalúrgicos sem estar na lei que os metalúrgicos têm direito a aumento. Quem é o pelego aqui? A minha vida inteira eu consegui aumento para os trabalhadores, aumento real até, auxílio-creche, quinquênio, anuênio; consegui banquinho, consegui creche, insalubridade, periculosidade sem estar na lei. Consegui na luta, enfrentando o capital, não tirando do povo de Porto Alegre, não tirando de quem paga imposto, não tirando do trabalhador, do aposentado, daquele pobre coitado que leva uma marmita para casa. Ah, me respeitem, me desculpem! Vir para cá dar discurso que fez concurso! Os juízes que estão lá no Supremo tirando o direito do povo, do trabalhador, também fizeram concurso! O Gilmar Mendes fez concurso público. Então, esse papo de concurso para

cima de mim não! Tem que provar que trabalha para o povo de Porto Alegre. Eu acredito nos municipais, tanto que ontem fui na Unidade Básica de Saúde tomar a minha injeção da gripe. Meu filho estudou em escola pública, não no Anchieta. Eu acredito no setor público, eu não faço demagogia aqui. Falar em setor público, falar em trabalhador e usar só o privado – eu não faço demagogia aqui. Meu filho estudou em escola pública, eu frequento posto de saúde, eu não tenho plano de saúde privado, eu não boto filho na escola mais cara de Porto Alegre, eu não recebo salário do Município e da Câmara. Então, não venha fazer demagogia para cima de mim, não! E não venha me ensinar a lutar, eu sei a minha luta, eu estava em Brasília marchando e não quebrando coisas, procurando uma saída para melhorar a vida dos trabalhadores. Eu não sou do quanto pior, melhor. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Rafão Oliveira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. RAFÃO OLIVEIRA:** Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; todos que estão aqui nos prestigiando e a quem nos assiste, boa tarde. No meu discurso de posse, fiz considerações a respeito do descaso histórico dos governos com a segurança pública. Identificar o problema é importantíssimo, é o primeiro passo indispensável, mas feito isso, precisamos apontar soluções. Por isso, quero conversar hoje sobre ideias que tenho para a segurança pública da nossa Cidade, e faço isso com base nos meus quase 30 anos de vida dedicados à segurança e com a intenção de suscitar uma reflexão na comunidade. Além disso, no tempo que estiver aqui, do Dr. Goulart, vou encaminhar essas ideias ao Prefeito Marchezan, que está impondo um novo jeito de governar em nossa Cidade. Muito se diz que Porto Alegre está em guerra, mas isso é inexato. O que vivemos aqui é um verdadeiro massacre. Numa guerra temos lados diferentes lutando, atacando e se defendendo, em mínimas condições de igualdade. De modo algum, isso é o que vemos no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre. Aqui temos um lado formado por uma minoria absurdamente armada, que não respeita nada, nem ninguém, sempre disposta a ferir, prejudicar e matar. De outro lado estamos nós todos, cidadãos de bem, pais de família, trabalhadores, mães preocupadas e zelosas com jovens perdidos. No meio do tiroteio em que as balas saem só de um lado, governos inoperantes e forças policiais correndo para enxugar gelo. O resultado está aí, expresso em mortes, medo generalizado com índices alarmantes. Apesar de possuir 12% da população do Rio Grande do Sul, Porto Alegre registra 24% dos homicídios, 26% dos latrocínios, 52% dos roubos de veículos e 27% do tráfico de drogas de todo o Estado. É papel nosso, dos Vereadores, trabalhar para que nossa Cidade receba do Governo do Estado um serviço de segurança do qual é credora. E aqui peço a todos os Vereadores que fazem parte da base aliada do Governo do Estado para que apoiem os serviços policiais. Nós estamos com duas promoções atrasadas. A valorização do serviço policial é essencial para a segurança da nossa Cidade e do

Estado. É aqui no Município que deve começar a pressão pela limpeza da estrutura pública. Somos nós, moradores da Cidade violenta, que sofremos com uma máquina pública desfocada, incapaz de priorizar o que é prioridade. É urgente que se proceda com privatizações e fechamento de órgãos, autarquias e empresas públicas que não dizem respeito às funções essenciais do Estado, que só são prejuízo, tirando os investimentos que realmente importam, em saúde, educação e principalmente em segurança, que serve de garantia de vida a todos. Enquanto pagamos impostos para sustentar uma máquina pública amplamente deficitária, contamos com poucos policiais, todos com pouco armamento e equipamentos, de qualidade inferior aos da bandidagem. As prioridades de toda estrutura pública devem ser direcionadas para a manutenção da vida das pessoas, não há mais nada importante do que isso: a vida das pessoas! E para que nós possamos trabalhar de forma mais efetiva, por isso, eu convido todos os colegas Vereadores para que nos unamos pelo municipalismo, para que as cidades tenham mais recursos para cuidarem de sua gente. De todos os impostos que os trabalhadores entregam, a União fica com 57%, o Estado fica com 25% e os Municípios dividem a sobra, que são 18%. Precisamos encontrar meios e fazer a nossa parte para inverter essa lógica de concentração de poder, para que as cidades possam resolver...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. RAFÃO OLIVEIRA:** ...Campanhas de conscientização da opinião pública sobre a importância da polícia podem e devem ser realizadas, mostrando, principalmente aos nossos jovens, que há um lado certo e um lado errado, que são o bem e o mal. Na minha campanha, chamei essa proposta de “tolerância zero”. Nós temos que adotar a tolerância zero em Porto Alegre. Apresentei também e encaminhei aqui, nesta Câmara, o projeto “Guri Esperto, Infância Esperta”, no qual o Município pode contratar bombeiros e policiais para darem aulas de artes marciais, primeiros socorros, prevenção e combate a incêndios para a gurizada. Também trouxe o projeto “Bico Legal”, que foi aprovado aqui por proposição da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. Assim como também o Fundo Municipal de Segurança, proposto pelo Vereador-Presidente Cassio Trogildo. Enfim, ainda segurança pública deve ser dever dos Estados e da União e que os Municípios sejam credores desse serviço. Com o tempo que terei aqui, pretendo contribuir com ideias e ações, que façamos as nossas partes contra a bandidagem que anda por aí. Senhores, tenham o meu apoio e tenham aqui a minha voz forte em prol da sua segurança. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ainda repercute na Casa o pronunciamento do Ver. Rafão Oliveira, que transita no Legislativo nesses dias acalorados, de grandes debates, e que não se furta em reafirmar a sua postura política, os seus compromissos e as suas propostas que levou ao eleitorado no que diz respeito à segurança pública, que é a sua especialidade.

Na Pauta, Sr. Presidente, em que pese o alvoroço do dia, nós temos que nos restringir a assuntos constantes da discussão preliminar, e eu vejo, Sr. Presidente, na 2ª Sessão, três projetos de origens distintas, um do Ver. André Carús, um outro do Ver. João Bosco Vaz e outro do Ver. Marcelo Sgarbossa, que acabam por acentuar uma circunstância muito comum nos dias atuais, o que é complementado pela proposta do Ver. Dr. Thiago, todas no sentido de priorizar assuntos do município. Isso ocorre porque existe, certamente, Sr. Presidente, especialmente pelo Ver. Dr. Thiago e pelos jovens Vereadores que aqui chegaram, a consciência de que o clamor popular por medidas urgentes e eficiência na orla administrativa são muito fortes, e há uma esperança de que o legislador possa preencher essa lacuna. Vossa Excelência, inclusive, Ver. Dr. Thiago, tem sido um obstinado legionário nessa dura e árdua tarefa, na sua batalha em favor da saúde pública, apontando, com as suas experiências, vários equívocos que nós verificamos há mais tempo e que agora ficam mais claros, mais transparentes para justificar inclusive propostas objetivas, como aquela que o senhor faz no dia de hoje, propondo a inclusão do evento Setembro Amarelo, Mês de Prevenção ao Suicídio e de Valorização da Vida no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010, exatamente há sete anos. Ou seja, o Calendário de Eventos de Porto Alegre, o calendário mensal de atividades de Porto Alegre que está em pleno vigor. Eu sei como nasceu essa sua proposta, mas o que mais me agrada e mais impõe o registro nesta tribuna é a sensibilidade com que V. Exa. acolhe essas angústias e esses anseios da população e os transforma em propostas legislativas, algumas até carentes de alguns ajustes na sua formalização, mas todas elas destinadas a atingir o mesmo objetivo. E é por isso, Sr. Presidente, que, numa tarde como esta, que tanto debate ensejou, que tanto vigor nos pronunciamentos ocorreram, para ao final e ao cabo não resultar em absolutamente nada, porque o único grande projeto que estava aqui foi afinal retirado, o que é louvável, eu tenho que vir aqui ao final, às 18h15min, cumprir uma tarefa que eu faço com muita satisfação e costumeiramente que é utilizar o período da discussão preliminar para fazer um debate na Casa. Dirão que esta hora a Casa está cansada e que não terá grande repercussão, mas algo haverá de restar, algo haverá de ser obtido nessa persistência da nossa parte. Desde o começo, Sr. Presidente, desde o início das atividades legislativas, vimos ao debate analisando o projeto desde o seu primeiro momento para que não ocorram situações como as que ocorreram hoje do projeto que hoje foi retirado e não foi debatido! Foi aguardado que viesse a ocorrer convocação de audiência pública que foi determinada inclusive por edital, e, nesse meio tempo, a coisa se propiciou e veio para a Câmara sem nenhum debate. Então, Sr. Presidente, concluo aconselhando, sim, os colegas Vereadores que sejam mais presentes nesse debate preliminar para que não tenham que, ao final e ao cabo, na conclusão da tramitação, vir

para uma discussão que deve começar desde o princípio e nunca ao final, como se tentou fazer no dia de hoje. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir a Pauta e depois prossegue em Comunicação de Líder.

**O SR. DR. THIAGO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, início comentando dois assuntos da Pauta. Primeiro, o PLL nº 233/16, que inclui o evento Setembro Amarelo – Mês de Prevenção ao Suicídio e de Valorização da Vida no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de setembro, com o objetivo de fazer a prevenção ao suicídio.

O suicídio é um problema de saúde pública e, hoje, muitas vezes o temos como desfecho de final de diversas patologias, principalmente da depressão. O Centro de Valorização da Vida – CVV, já esteve nesta Casa e acaba sendo refúgio da solidão de muitas pessoas. Certamente estará novamente aqui e tem uma série de eventos programados para esse período. Então, peço a atenção dos colegas Vereadores para que possamos aprovar isso e colocar em prática a prevenção ao suicídio.

Ver. Reginaldo Pujol, meu Líder, muitas vezes lá no Instituto Médico Legal – IML, nós observamos que as causas por morte violenta normalmente são por: homicídios, na sua grande maioria por projétil de arma de fogo; um grande contingente de mortes acidentais, entre aspas, mortes oriundas do trânsito; e outro grande contingente por suicídio. Então, queremos alertar a população e, ao falar sobre o suicídio, nós não estaremos aumentando as chances de suicídio e, sim, vamos estar conseguindo, a partir disso, fazer um diagnóstico precoce, uma prevenção dos pacientes que tenham esse risco. Quero, Ver. Moisés, ratificar que o nosso bloco é independente, é composto por cinco partidos políticos: PSB, PSD, PRB, Democratas e Rede. Temos três ex-presidentes desta Casa: eu, o Ver. Mauro Pinheiro, o Ver. Airto Ferronato, quiçá mais um presidente, ao final desta legislatura, o Ver. Reginaldo Pujol, decano desta Casa, o Vereador mais experiente, com mais tempo contínuo dentro do Legislativo. E quero ratificar, sem dúvida nenhuma, que somos independentes, nós não acreditamos na lógica de quem é contra ou a favor do Governo, nós não acreditamos sequer que a votação de hoje tenha sido uma derrota do Governo, mas que foi uma vitória do Governo. E foi uma vitória do diálogo, do entendimento, foi uma vitória que, certamente, pode apontar para Porto Alegre um caminho melhor e diferente. Então, quero deixar isso muito claro, porque já apoiamos o Governo em outras votações, na questão da reforma administrativa, quando julgamos correta. Já apoiamos aqui na questão das secretarias, nessa não estávamos juntos, porque nosso entendimento é diferente. Em algumas futuras vamos estar juntos, por exemplo, na contratação de investimento para a Cidade somos favoráveis. Em outras, talvez não estejamos juntos, como por exemplo, a questão da SME. Mas nós queremos dizer que não somos nem

oposição, nem do Governo, temos uma posição independente. E quero saudar, mais uma vez, os meus oito colegas de bloco, porque realmente, hoje à tarde, mostraram a sua posição, e mostraram que, de fato, representam parcela significativa da cidade de Porto Alegre.

Nesse tempo que me resta de Liderança, quero fazer um agradecimento à disponibilidade, Ver. Moisés, desses serviços, na pessoa do Rafael, do Roberto, do eng.º Padilha. Hoje, V. Exa. reclamava de mim: “Pô, o Vereador com os sapatos sujos desse jeito!” Mas estávamos lá no Lami verificando as áreas de alagamento com a Secretaria de Serviço. Então, tomara que a Secretaria continue dessa forma, nesse diapasão. Verificamos, para a população entender, nesses últimos dias, áreas de grandes alagamentos na região, pelas quais a Prefeitura foi criticada, a Secretaria foi criticada, este Vereador foi criticado. Fomos lá *in loco* observar. Realmente, era necessária a limpeza dos valos, e houve o compromisso da Secretaria em fazer, mas, analisando a fundo o processo, identificamos que um dos moradores construiu um dique, um galinheiro dentro do arroio Manecão! E fez com que mais de 300 famílias ficassem alagadas. É importante a população cobrar dos seus representantes aqui na Câmara, cobrar da Prefeitura, mas deve também atuar junto aos seus vizinhos, impedindo que eles construam, como nessa situação, absurdos. As pessoas em casa vão achar um absurdo um galinheiro... É exatamente isso, é um verdadeiro absurdo, o cidadão construiu um dique na foz, na saída do arroio Manecão e fez com que mais de 300 famílias ficassem alagadas. Pedi ao Secretário adjunto, o Rafael – o Secretário Ramiro, infelizmente, teve outros atributos, estava programado para ir, mas não conseguiu –, e ao Roberto, que foi representando o gabinete, que pudéssemos juntos construir uma alternativa, uma saída, para que rapidamente a Procuradoria Municipal, com a Secretaria e com os moradores pudessem retomar o fluxo normal no arroio Manecão. Estivemos lá no Lami, na parada 21; estivemos na Primavera, Camboim, Araçá, outra área de alagamento; na Sapolândia, outra área de alagamento, e, sem dúvida nenhuma, essa população precisa de uma atenção especial da Prefeitura.

Para finalizar, eu quero dizer que hoje é o dia de combate ao câncer bucal, Ver. Moisés. O hábito de fumar infelizmente é um facilitador do câncer bucal, e a gente precisa, cada vez mais – esse vai ser um dos trabalhos da Frente Parlamentar Antidrogas –, lutar contra todas as drogas, principalmente contra o tabaco, contra o qual lutei por muito tempo, quando meu pai fumava, e continuo lutando nos dias de hoje, porque realmente a indústria fumageira conseguiu ligar aquela substância com maior probabilidade de ocasionar câncer, que é a fumaça do cigarro, com uma das substâncias que causam maior dependência, que é a nicotina. Então, que nós possamos profundamente divulgar essas informações para que as pessoas, cada vez mais, utilizem menos o cigarro. Eu agradeço a atenção de todos os Vereadores, nesta minha manifestação, dos Vereadores Cláudio Janta, Reginaldo Pujol, Cassio Trogildo, Rafão, Moisés, Fernanda, Camozzato e Ver. João Bosco Vaz. Rogo para que cada vez mais as pessoas fiquem alertas e combatam o hábito de fumar, principalmente em lugares públicos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h27min.)

\* \* \* \* \*